



VEREADORA AMANDA PASCHOAL

REQUERIMENTO Nº ____/ 2026

Requer a convocação do Sr. Rui Alves, Secretário Municipal de Turismo, para prestar esclarecimentos sobre os indícios de irregularidades em contratações realizadas pela Secretaria Municipal de Turismo (SMTur) e a empresa municipal São Paulo Turismo (SPTuris) de que a empresa MM Quarter (Agência Quarter), supostamente uma empresa em nome de laranja, uma empresa em nome de laranja tem ao menos R\$ 183 milhões em contratos com a Prefeitura de São Paulo.

Prezados Vereadores e Vereadoras,

Com base no art. 381 *caput*, do Regimento Interno desta Casa, que versa sobre a convocação de Secretários Municipais, requeremos a convocação do Secretário Municipal de Turismo, Sr. Rui Alves, para que compareça à esta Casa e preste esclarecimentos acerca dos indícios de irregularidades em contratações realizadas pela Secretaria Municipal de Turismo (SMTur) e a empresa municipal São Paulo Turismo (SPTuris) de que a empresa MM Quarter (Agência Quarter), supostamente uma empresa em nome de laranja, tem ao menos R\$ 183 milhões em contratos com a Prefeitura de São Paulo.

Sala de Sessões, em ____ de fevereiro de 2026.



Amanda Paschoal

Vereadora



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

VEREADORA AMANDA PASCHOAL

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento de convocação do Sr. Rui Alves, atual Secretário Municipal de Turismo, objetiva estancar um engenhoso e predatório esquema de aparelhamento da máquina pública municipal e esclarecer para a população paulistana e para a Câmara Municipal de São Paulo o robusto acervo probatório descortinado por recentes investigações jornalísticas do portal Metrôpoles¹ que denota indícios de irregularidades em contratações realizadas pela Secretaria Municipal de Turismo (SMTur) e a empresa municipal São Paulo Turismo (SPTuris) de que uma empresa em nome de laranja tem ao menos R\$ 183 milhões em contratos com a Prefeitura de São Paulo.

Tal engenharia foi orquestrada para desviar dezenas de milhões de reais dos cofres da Secretaria Municipal de Turismo (SMTur) e da São Paulo Turismo (SPTuris), haja vista que o epicentro da fraude reside na contratação sistemática e direcionada da empresa MM Quarter (Agência Quarter), que já acumula mais de R\$ 183.000.000,00 (cento e oitenta e três milhões de reais) em empenhos.

Ocorre que a MM Quarter (Agência Quarter) opera sob a clássica e perniciosa roupagem de uma "empresa de prateleira" (*shelf company*). Trata-se de um CNPJ constituído previamente, porém mantido adormecido, sem o exercício de qualquer atividade fática. Essa estrutura foi adquirida e teve seu capital subitamente elevado para R\$ 1,2 milhão por Nathália Carolina de Souza Silva, moradora de um cortiço na Zona Norte da capital paulista que, paradoxalmente, declarou um lucro estratosférico de R\$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões) no último ano.

¹Matérias disponíveis em:
<<https://www.metropoles.com/colunas/demetrio-vecchioli/nunes-terceirizou-organizacao-do-carnaval-para-empres-a-em-nome-de-laranja>> Acesso em 20/02/2026;
<<https://www.metropoles.com/colunas/demetrio-vecchioli/gestao-nunes-impoe-sigilo-sobre-contratacao-de-ex-soc-ia-de-secretario>> Acesso em 20/02/2026;
<<https://www.metropoles.com/colunas/demetrio-vecchioli/empresa-em-nome-de-laranja-tem-r-183-milhoes-em-con-contratos-com-gestao-nunes>> Acesso em 20/02/2026;



VEREADORA AMANDA PASCHOAL

A fraude societária e o uso de interposta pessoa gritam aos olhos quando se analisa a linha do tempo: a inerte MM Quarter foi ativada exatos sete dias antes de Rodolfo Marinho, ex-sócio de Nathália e seu antigo aliado político, assumir o cargo de Secretário-Adjunto de Turismo.

O controle operacional e financeiro da agência, como revelam os próprios cadastros funcionais perante a prefeitura, repousa nas mãos de Marcelo Camargo Martins, dirigente de uma ONG já amplamente financiada pela mesma gestão municipal.

Para conferir legalidade à contratação de uma empresa sem qualquer expertise, a máquina administrativa operou uma verdadeira fabricação de capacidade técnica. O primeiro atestado que viabilizou a entrada da MM Quarter nos cofres públicos foi assinado pelo próprio coordenador de eventos da SMTur, Marcelo Alves Ribeiro.

Em seguida, a empresa obteve um segundo atestado emitido pela revista "Duas Rodas", entidade privada que, coincidentemente, recebe vultosos recursos da mesma secretaria para a realização de eventos. Com esses documentos forjados, a agência passou a dominar a terceirização de serviços via Atas de Registro de Preços, evitando licitações sob a falsa premissa de vantajosidade econômica.

Contudo, **a pretensa lisura dos certames foi simulada mediante pesquisas de mercado viciadas, restando comprovado que 20 dos 22 orçamentos balizadores apresentados à SPTuris emanava de um mesmo e restrito grupo de quatro empresas**, em evidente fraude ao caráter competitivo da licitação.

A execução contratual que se seguiu revela o absoluto desprezo pela *res pública* e o desvio de finalidade operado à luz do dia. Contratos foram blindados sob a rubrica ilegal de "sigilo de valor estimado", obstando o controle social sobre o fornecimento de copos de água, cujo valor unitário sofreu majoração arbitrária superior a 100% (cem por cento) em três anos, em que o preço da caixa saltou de R\$ 29,99 (vinte e nove reais e noventa e nove centavos) para mais de R\$ 60,00 (sessenta reais) em apenas três anos, ignorando os preços praticados no mercado atacadista.

**VEREADORA AMANDA PASCHOAL**

A lesão ao interesse público atingiu contornos ainda mais nefastos no período do Carnaval, quando a SMTur determinou a contratação de 2.800 diárias de guias turísticos, a um custo unitário de R\$ 1.154,00 aos cofres públicos, mas desviou esses profissionais de suas funções nas ruas para atuarem como meros recepcionistas em eventos privados e fechados, como o "Carnaval na Cidade", organizando a entrada de quem pagou por abadás.

Coroando o intento deliberado de sangria dos cofres públicos e ocultação, a liquidação de todas essas despesas milionárias vem sendo procedida com base em notas fiscais absurdamente genéricas. A empresa chega a cobrar 274 (duzentas e setenta e quatro) diárias em um único dia, sem apresentar listas de nomes, CPFs, registros de ponto ou qualquer comprovação material de que os terceirizados efetivamente prestaram o serviço, o que impossibilita a fiscalização e consolida a suspeita de pagamento de "funcionários fantasmas".

Como última trincheira para blindar o esquema e obstar o exercício do controle social e institucional, o Portal da Transparência do Município passou a apresentar uma conveniente e seletiva "instabilidade", suprimindo o acesso público a todos os empenhos e repasses feitos à MM Quarter nos exercícios de 2025 e 2026, coincidentemente no exato momento em que as denúncias começaram a vir à tona, impondo ao controle social a mais absoluta vulnerabilidade face aos atos da Administração.

Diante ao supracitado, se faz de extrema relevância que o Secretário Municipal de Turismo, Sr. Rui Alves, compareça à Câmara Municipal para esclarecer as apurações da reportagem do Metrôpolis anteriormente citada, dado a gravidade de seu conteúdo.

Neste termos, pede deferimento.

Sala de Sessões, em ____ de fevereiro de 2026.

Amanda Paschoal

Vereadora



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

LISTA DE MÚLTIPLAS ASSINATURAS RPP 4/2026

Autor

Ver. AMANDA PASCHOAL (PSOL) em 25/02/2026

Apoiadores

Ver. KEIT LIMA (PSOL) em 25/02/2026

Ver. LUANA ALVES (PSOL) em 25/02/2026

Ver. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) em 25/02/2026

Ver. JANAINA PASCHOAL (PP) em 25/02/2026

Ver. NABIL BONDUKI (PT) em 25/02/2026

Ver. JOÃO ANANIAS (PT) em 25/02/2026

Ver. HÉLIO RODRIGUES (PT) em 02/03/2026

Ver. LUNA ZARATTINI (PT) em 02/03/2026

Ver. DHEISON SILVA (PT) em 03/03/2026

Ver. CELSO GIANNAZI (PSOL) em 03/03/2026

Ver. SENIVAL MOURA (PT) em 03/03/2026

Ver. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA (PSOL) em 04/03/2026

Ver. MARINA BRAGANTE (REDE) em 04/03/2026